

## ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA UM TRABALHADOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE TÉCNICO SUPERIOR - NA ÁREA DE ENGENHARIA FLORESTAL - CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO

## ATA N.º 1

----Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, e na sequência do despacho número 97/2023-PCM, de vinte de novembro, reuniu no Edifício dos Paços do Concelho o Júri do procedimento em epígrafe, tendo estado presentes a Chefe da Divisão de Ambiente, Filomena Paula Caetano Simões Bexiga, que presidiu, a Dirigente de Terceiro Grau da Unidade de Espaços Verdes, Ana Cristina Prudêncio Furtado, e a Chefe da Divisão de Recursos Humanos, Milene Alexandra Mourato Leitão Vieira, para proceder à definição dos métodos de seleção constantes do artigo 36.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sequência da remissão efetuada pelo n.º 1 do Artigo 17.º e pelo n.º 2 do Artigo 18º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na sua atual redação. ----------Assim, o Júri deliberou a aplicação dos seguintes métodos: ----------A **Prova de Conhecimentos (PC)** visa avaliar os conhecimentos profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício de determinada função. É adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Assume a forma escrita, natureza teórica, de realização coletiva, com a duração de duas horas. -----------Temas e Legislação aplicáveis: Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação; Regimes de Vinculação, Carreiras e de Remunerações na Administração Autárquica, estabelecido no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação; Acordo coletivo de trabalho 70/2019, publicado no Diário da Republica n.º 94, de 16 de maio, II série; Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências - ROSMEC - publicado pelo Regulamento n.º 1105/2023, de 17 de outubro, no Diário da República n.º 201; Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação; Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação; Decreto-Lei n.º 32/2020, de 1 de julho, na sua atual



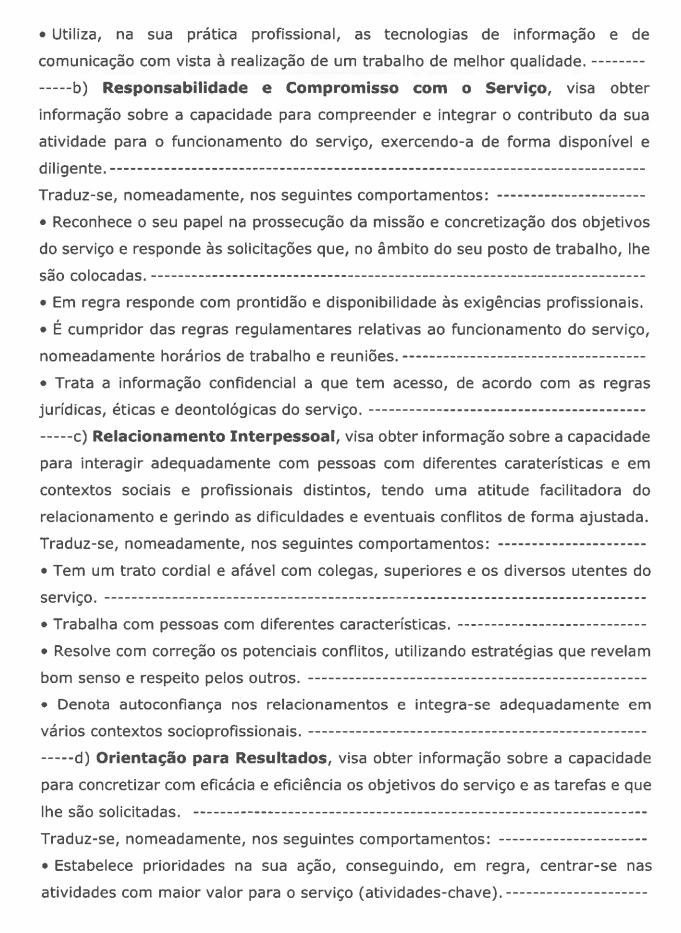


redação, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho; Regulamento de Espaços Verdes e de Espaços Livres não Florestais do Município de Mafra, publicado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro; Lei n.º 59/2021, de 18 de Agosto, que define os princípios gerais de atuação em matéria de gestão do arvoredo urbano de domínio público e privado das autarquias e do património arbóreo pertencente ao Estado e estabelece um conjunto de ações a realizar pelos municípios e demais organismos estatais detentores de património arbóreo em espaço urbano. ---------- A Avaliação Psicológica (AP), visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. É valorada através das menções classificativas de Apto e Não Apto. ----------A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), que visa avaliar, numa relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Para esse efeito, será elaborado um guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido, associado a uma grelha de avaliação individual, que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise, avaliada numa escala de 0 a 20 valores. Terá a duração máxima de trinta minutos. Serão consideradas as seguintes competências: ---------a) Conhecimentos Especializados e Experiência, visa obter informação sobre um conjunto de saberes, informação técnica e experiência profissional, essenciais ao adequado desempenho das funções.-----Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos: ------• Possui os conhecimentos técnicos necessários às exigências do posto de trabalho e aplica-os de forma adequada. ------ Detém experiência profissional que permite resolver questões profissionais complexas.----- Preocupa-se em alargar os seus conhecimentos e experiência, de forma a desenvolver uma perspetiva mais abrangente dos problemas. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA







Compromete-se, em regra, com objetivos exigentes mas realistas e é perseverante no alcançar das metas definidas.
Realiza com empenho e rigor as tarefas ou projetos que lhe são distribuídos.
Gere adequadamente o seu tempo de trabalho, preocupando-se em cumprir os prazos estipulados para as diferentes atividades.
Consideram-se excluídos da valoração final os candidatos que obtenham uma valoração inferior 9,500 valores num dos métodos de seleção (Prova de Conhecimentos ou Entrevista de Avaliação de Competências) ou a menção de Não Apto no método de seleção, Avaliação Psicológica.
Apto no método de seleção, Avaliação Psicológica.
Ardenação Final (OF) dos candidatos que completem o procedimento resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos dois

OF = (PCx0.50) + (EACx0.50)

métodos de seleção, que será expressa numa escala de 0 a 20 valores e será efetuada através da sequinte fórmula:

em que:

OF = Ordenação Final

**PC** = Prova de Conhecimentos

**EAC** = Entrevista de Avaliação de Competências

AC = HA + FP + EP + AD



Em que:

Fact

4

HA = Habilitação AcadémicaFP = Formação Profissional

<b>EP</b> = Experiência Profissional
AD = Avaliação do Desempenho
A Habilitação Académica (HA), pondera a titularidade de grau académico
ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes:
Doutoramento - 20 valores
Mestrado na área Engenharia florestal – 19 valores
Licenciatura em Engenharia florestal – Mestrado integrado em Engenharia
Florestal, sendo ponderada a classificação final obtida na mesma, de acordo com
a graduação seguinte:
a) Licenciatura ou Mestrado integrado, com classificação final entre 10 e 12 valores – 10 valores;
b) Licenciatura ou Mestrado integrado, com classificação final entre 13 e 14 valores – 12 valores;
c) Licenciatura ou Mestrado integrado, com classificação final entre 15 e 16 valores – 14 valores;
d) Licenciatura ou Mestrado integrado, com classificação final entre 17 e 18 valores – 16 valores;
e) Licenciatura ou Mestrado integrado, com classificação final entre 19 e 20 valores - 18 valores;
A Formação Profissional (FP), considerando-se as áreas de formação e
aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências
necessárias ao exercício da função, sendo o máximo 20 valores
Sem Ações de formação na área pretendida - 0 valores; Certificado de
Competências Pedagógicas de Formador – 1 valor; Pós-graduação em Sistemas
de Informação Geográfica - 2 valores; por cada formação superior a 7 horas
formação na área de: Planeamento e manutenção de plantações em meio urbano
- 1 valor; Gestão, manutenção e avaliação de risco em meio urbano - 1 valor;

Gestão Florestal sustentável - 1 valor.-----





A Experiência Profissional (EP), com incidência sobre a execução de
atividades inerentes ao posto de trabalho e ao grau de complexidade das mesmas,
comprovadas com as respetivas declarações:
Nas áreas de: Elaboração de Cartografia Técnica: Inferior ou igual a 2
anos de experiência - 1 valor; De 2 anos a inferior ou igual a 5 anos de experiência
- 2 valores; De 5 anos a inferior ou igual a 10 anos de experiência - 3 valores;
Superior a 10 anos de experiência – 5 valores. <b>Elaboração de Planos de Gestão</b>
Florestal (PGF): Inferior ou igual a 2 anos de experiência – 1 valor; De 2 anos a
inferior ou igual a 5 anos de experiência – 2 valores; De 5 anos a inferior ou igual
a 10 anos de experiência - 3 valores; Superior a 10 anos de experiência - 5
valores. Realização de Inventário Florestal (recolha de dados em campo e
análise de dados em apoio dos planos de gestão florestal): Inferior ou igual
a 2 anos de experiência - 1 valor; De 2 anos a inferior ou igual a 5 anos de
experiência – 2 valores; De 5 anos a inferior ou igual a 10 anos de experiência –
3 valores; Superior a 10 anos de experiência – 4 valores
A Avaliação de Desempenho (AD), que pondera a avaliação relativa ao
último período, não superior a três ciclos de avaliação, em que o candidato cumpriu
ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho
a ocupar:
Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro: Desempenho Inadequado – 6 valores;
Desempenho Adequado - 12 valores; Desempenho Relevante - 16 valores,
Desempenho Excelente – 20 valores
Aos candidatos que não possuam avaliação de desempenho serão atribuídos
10 valores
A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), nos mesmos moldes
da supra referida
Consideram-se excluídos da valoração final os candidatos que obtenham
uma valoração inferior 9,500 valores num dos métodos de seleção (Avaliação
Curricular, Entrevista de Avaliação de Competências)
A Ordenação Final (OF) dos candidatos que completem o procedimento
resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos dois
métodos de seleção, que será expressa numa escala de 0 a 20 valores e será
efetuada através da seguinte fórmula:



OF = (ACx0.50) + (EACx0.50)

Em que:

**OF** = Ordenação Final

AC = Avaliação Curricular

**EAC** = Entrevista Avaliação Conhecimentos

Excecionalmente, quando o número de candidatos seja de tal modo elevado,
tornando-se impraticável a utilização de todos os métodos de seleção, a entidade
empregadora pública pode limitar-se a utilizar como único método de seleção
obrigatório a Prova de Conhecimentos (PC) ou a Avaliação Curricular (AC)
Em caso de igualdade de valoração dos candidatos, os critérios de preferência
a adotar serão os previstos no Artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de
setembro
A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de
valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efetuada,
de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:
a) Valoração da Habilitação Académica
b) Valoração da Experiência Profissional
c) Valoração da Formação Profissional
Nada mais havendo a tratar, deu a presidente do Júri por encerrada a reunião,
quando passavam quinze minutos das onze horas, da qual, para constar, se lavrou
a presente ata, leu em voz alta, aprovou e que vai ser assinada por todos os
presentes:
Solosson
Qualrisfentado

